

Resumo: Este artigo é um comentário do capítulo referente à “Palavra de Deus e compromisso no mundo”, da Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini. O autor inicia valorizando a metodologia participativa usada para recolher as questões que poderiam ser refletidas no Sínodo, providas das comunidades católicas espalhadas no planeta, bem como a experiência de partilha e de fraternidade vivida pelos Padres Sinodais, com base na centralidade da Palavra de Deus. A seguir ressalta a importância do apelo do documento para “rever em profundidade a nossa vida”, iluminados e fortalecidos pela Palavra de Deus. Isso implica em retomar, com nova disposição, o caminho da justiça – reconciliação – paz, alicerces de um novo mundo, segundo os desígnios de Deus. São valores sociais inter-relacionados, sendo que a justiça vem em primeiro lugar, pois é a condição para a reconciliação e a paz. Neste sentido, a “santidade política” com a prática da caridade ativa é uma força especial de transformação das situações de injustiça. A missão evangelizadora da Igreja necessariamente deve inserir-se na realidade das pessoas excluídas e empenhar-se na defesa e promoção dos direitos humanos. O anúncio da Palavra de Deus somente se torna eficaz quando vem acompanhado do compromisso social. O comentário é enriquecido com citações de textos bíblicos relacionados com a proposta oferecida pela Verbum Domini.

Abstract: This paper presents a commentary on the chapter referring to the “Word of God and its relationship with the world” dealt with in the Apostolic Exhortation Verbum Domini issued after the Synod. The author begins with a value judgment of the methodology which takes into account the questions referring to the core issues dealt with in the Synod. These questions have been raised in Catholic communities all around the world and have been joined to those arising from the interchange of thoughts and the experience of fraternity among the participants of the Synod, focusing on the central place of the Word of God in religion. The following chapter deals with the important issue regarding the appeal to “revise in depth our life” as inspired by the Word of God and strengthened by its influence. This is a special effort taking up the path of justice (reconciliation), peace, and the foundations of a new world with renewed vigor in accordance with God’s designs. Therein are implied inter-related social values, where justice occupies the first place since it is the condition of reconciliation and peace. In this sense, “sanctity in politics” accompanied by acts of charity is a dynamic element capable of transforming situations of injustice. The mission of the Church to spread the Gospel necessarily implies the task of integrating people that are excluded as well as to uphold the defense and the promotion of human rights. In fact, the proclamation of the Word of God becomes effective when it gets involved in social commitments. The commentary is accompanied by biblical references as suggested by the document Verbum Domini.

Justiça – Reconciliação – Paz: Palavra de Deus e compromisso no mundo na Verbum Domini

*Celso Loraschi**

* O autor é Mestre em Teologia dogmática com Concentração em Estudos Bíblicos e Professor do ITESC.



A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini* constitui-se num documento importante como guia para a recepção, o estudo e a vivência da Palavra de Deus. O conteúdo que nos oferece é fruto de longo processo de preparação com a contribuição de inúmeros grupos e comunidades espalhados no mundo que, a partir dos *Lineamenta*, formularam questões que poderiam ser refletidas no Sínodo. Foram inúmeras. Mesmo que nem todas puderam ser contempladas, é louvável a metodologia participativa e a ausculta atenta dos padres sinodais a respeito das interpelações que emergiram do grande mutirão de cristãos católicos inseridos em suas comunidades eclesiais.

Já na introdução do documento encontramos o testemunho de que os pastores do mundo inteiro, congregados ao redor da Palavra de Deus, com a Bíblia colocada simbolicamente no centro, fizeram a experiência da partilha de esperanças e preocupações a partir do que “o Senhor está a realizar no Povo de Deus”, inclusive com a participação de delegados fraternos, entre os quais o patriarca ecumênico de Constantinopla e um rabino judeu. A centralidade da Palavra provoca aproximação, respeito, diálogo, acolhida da alteridade e reconhecimento de que Deus continua agindo na história humana, vê o sofrimento dos povos, ouve o seu clamor e oferece-lhe caminhos de libertação.

A comunicação amorosa de Deus desde o princípio do mundo chega à sua plenitude em Jesus Cristo, a Palavra que se fez pessoa. Pelos seus ensinamentos e sua prática abriu-nos o caminho para um mundo novo que ele chamou de Reino de Deus. A realização de sua proposta de vida em abundância para todos é tarefa de todos os seus discípulos. Neste sentido, a *Verbum Domini* acolhe o grito que sobe do mundo das pessoas excluídas e chama a atenção para o irrenunciável vínculo entre a Palavra de Deus e o compromisso no mundo (cf. n. 99-108). É o que queremos comentar neste artigo.

Rever a própria vida

Fundamentando-se no texto de Mt 25,31-46, o documento afirma que a Palavra de Deus nos ajuda “a rever em profundidade a própria vida, porque toda a história da humanidade está sob o juízo de Deus”. Esta expressão, “rever em profundidade a própria vida”, é uma indicação que precisa ser acolhida, pois vivemos tempos de superficialidades, de



correrias sem rumo em busca de satisfações egoístas, de insensibilidade com relação às situações que afligem grande parte da humanidade. Constatamos também a proliferação de práticas religiosas alienantes, onde a Bíblia é usada como forma de legitimação do poder, caindo naquelas mesmas tentações demoníacas das quais Jesus se libertou (cf. Lc 4,1-13) e colocou em alerta os seus discípulos para não sucumbir nelas: “Cuidado! Guardai-vos do fermento dos fariseus e do fermento de Herodes” (Mc 8,15).

A *Verbum Domini* nos chama a atenção para a importância do tempo histórico de cada pessoa: “Detemo-nos muitas vezes superficialmente no valor do instante que passa como se fosse irrelevante para o futuro”. À luz das orientações do Evangelho, sintetizadas no texto de Mateus citado acima, a maneira como vivemos o tempo presente condiciona o futuro, não só porque Deus vai pedir contas após a morte (seria um constrangimento que Deus não impõe a ninguém), mas porque somos responsáveis pela herança que deixaremos para as novas gerações.

A atitude de “rever em profundidade a nossa vida” requer o resgate da consciência de que somos criaturas de Deus, feitos à sua imagem e semelhança, dependentes uns dos outros, responsáveis pela defesa e promoção da vida digna sem exclusão. “Quando anunciamos o Evangelho, exortamo-nos reciprocamente a cumprir o bem e a empenhar-nos pela justiça, pela reconciliação e pela paz” (n. 99).

Compromisso com a justiça

A tradição de fé judaico-cristã está intimamente relacionada com o empenho pela justiça social. A própria formação do povo de Israel se deu a partir de um movimento pela libertação da opressão e pelo estabelecimento de uma sociedade justa. Dentro deste movimento Deus revelou seu rosto e seu plano de salvação. Firmou uma Aliança com seu povo. Na fidelidade e com misericórdia jamais o abandonou.

Os profetas foram os arautos da justiça. São pessoas inundadas pelo espírito de Deus e defensoras da sagrada Aliança. São, ao mesmo tempo, inundadas pela dor das vítimas dos sistemas de poder. Mergulham para dentro da alma das pessoas sofredoras e tornam-se



portadoras da Palavra que liberta. São consumidas pelo zelo em favor da causa do Senhor que é a mesma causa do povo oprimido. Inquietos e indignados, os profetas desmascaram as atitudes de exploração e de injustiça. Mesmo no meio de crises provenientes de conflitos e perseguições alimentam sua missão cultivando íntima amizade com Deus que os sustenta e os instrui. Misteriosas e fascinantes são esta força e esta luz que fazem pessoas fracas se tornarem tão lúcidas e tão corajosas. Com liberdade e ousadia denunciam a opressão da classe dirigente e a falsidade das práticas culturais quando desvinculadas do compromisso com os pobres. Não só denunciam, mas apontam quais as atitudes que agradam verdadeiramente a Deus. São muitos os textos que poderíamos evocar. Ouçamos Amós e Isaías:

“Vendem o justo por dinheiro e o indigente por um par de sandálias, esmagam a cabeça dos fracos no pó da terra e tornam a vida dos oprimidos impossível (Am 2,6-7).

“Ai dos que promulgam leis injustas e redigem medidas maliciosas, para tapear o fraco na justiça, roubar o direito do meu povo explorado” (Is 10,1-2).

“Sou contra, detesto vossas festas, não sinto o menor prazer nas vossas celebrações! Quando me fazeis subir a fumaça dos holocaustos... Afasta de mim a algazarra de teus cânticos, a música de teus instrumentos nem quero ouvir. Quero apenas ver o direito brotar como fonte, e correr a justiça qual regato que não seca” (Am 5,21-24).

“Acaso o jejum que eu prefiro não será isto: soltar as cadeias injustas; desamarrar as cordas do jugo; deixar livres os oprimidos, acabar com toda espécie de imposição? Não será repartir tua comida com quem tem fome? Hospedar na tua casa os pobres sem destino? Vestir uma roupa naquele que encontras nu e jamais tentar te esconder do pobre teu irmão? Ai, então, qual novo amanhecer, vai brilhar a tua luz, e tuas feridas hão de sarar rapidamente. Teus atos de justiça irão à tua frente e a glória do Senhor te seguirá. E quando o invocares, o Senhor te atenderá, e ao clamares, ele responderá: ‘Aqui estou’” (Is 58,6-9).

A justiça, conforme a *Verbum Domini*, é o caminho que torna o mundo mais habitável. Tem “valor precioso aos olhos de Deus” todo



esforço realizado em prol de um mundo justo. O texto de Mt 25,31-40 aponta como a justiça pode ser promovida. Ela passa pela relação com os “pequenos” com os quais Jesus se identifica. “Deste modo é a própria Palavra de Deus que nos recorda a necessidade do nosso compromisso no mundo e a nossa responsabilidade diante de Cristo, Senhor da História” (n. 99-100).

A missão profética da Igreja

É fácil deixar-nos cooptar pela ideologia dominante e nos acomodar no “faz de conta”, assumindo a indiferença como um jeito natural de ser. A palavra de Deus, porém, vem para nos desinstalar. Jesus, a Palavra que se fez carne, em continuidade à missão profética, rompeu com a tríplice dimensão do poder (política, religiosa e econômica), fez-se solidário com o sofrimento das vítimas e lhes propôs o Reino de Deus que é fraternidade, justiça, paz, liberdade, amor...

A missão profética é um traço constitutivo da identidade da Igreja. É prolongamento da missão de Jesus Cristo. “O compromisso pela justiça e a transformação do mundo é constitutivo da evangelização” (n. 100). A realidade do povo e a Palavra de Deus contida na Bíblia alicerçam esta missão. É Palavra de Deus enquanto promove a vida e nos torna verdadeiros. Ela “é viva e eficaz e mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes; penetra até dividir alma e espírito, articulações e medulas. Julga os pensamentos e as intenções do coração. Não há criatura que possa ocultar-se diante dela. Tudo está nu e descoberto aos olhos daquele a quem devemos prestar contas” (Hb 4,12-13).

É bom lembrar que a mensagem profética não apenas dirige-se aos detentores do poder a fim de que desçam de seus tronos. Ela também deve atingir a consciência das pessoas empobrecidas para que vivam os valores da partilha, da solidariedade e do amor mútuo. Visa devolver ao povo oprimido a capacidade de pensar e agir segundo o projeto de Deus, desvencilhando-se da dependência passiva e das mesmas atitudes egoístas dos ricos e poderosos. Todos necessitamos de profunda conversão. A justiça social se conquista a partir de uma nova consciência e organização dos pequenos. São protagonistas de um novo tempo. Por causa deles Jesus exultou de alegria e dirigiu-se ao Pai desse modo: “Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultastes essas coisas aos sábios



e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado (Lc 10,21).

Santidade política

Verbum Domini (n. 100) valoriza a ação dos que estão empenhados na vida política e social. “A Evangelização e a difusão da Palavra de Deus devem inspirar a sua ação no mundo à procura do verdadeiro bem de todos, no respeito e promoção da dignidade de toda a pessoa”. O papa Paulo VI lembrou que “a política é a melhor forma de exercer a caridade”. Daí a importância de uma “santidade política” que se traduz em ações concretas que viabilizem as condições necessárias para a vida digna de todos.

Muitos “políticos santos” deram sua vida pela causa da justiça social. Seu testemunho inspira os “santos políticos” atuais. Porém, há um longo caminho a percorrer quando se trata de acertar o rumo para o estabelecimento de uma sociedade justa e igualitária e, especialmente, de agir coerentemente com este objetivo. A idolatria do dinheiro e do poder proporciona a corrupção em todos os níveis, conforme constatamos cotidianamente. A Igreja tem “o direito e o dever de intervir sobre as questões éticas e morais que dizem respeito ao bem das pessoas e dos povos”. E aos leigos, sobretudo, cabe-lhes “intervir diretamente na ação social e política”. É importante para isso que sejam bem formados na escola do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja.

Direitos Humanos

A importância da defesa e promoção dos *direitos humanos de toda pessoa* vem no documento como uma chamada de atenção geral (n. 101). Evocando a Carta Encíclica de João XXIII *Pacem in Terris*, lembra que estes direitos são “universais, invioláveis e inalienáveis”. Já se passaram mais de seis décadas após a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1948). Em seu artigo primeiro declara que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Também na atual Constituição Brasileira estão declarados os direitos individuais e



sociais (art. 5 a 7). O Programa Nacional dos Direitos Humanos visa proteger os direitos humanos como direitos de todos. O Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH, em sua Carta de Princípios, “afirma que os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão destas mesmas categorias”. O MNDH classifica hoje os Direitos Humanos com a sigla DESCAs: direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais e defende sua indivisibilidade, interdependência e universalidade.

É gritante, porém, a distância entre as declarações oficiais e a aplicabilidade dos direitos humanos no cotidiano da vida da maioria da população. Segurança social e alimentar? Acesso à moradia e ao trabalho para todos? Saúde e educação para todos? Direito dos prisioneiros? Direito ao julgamento justo? Direito ao meio ambiente saudável? Proteção à maternidade e à infância?... O Documento de Aparecida contempla os rostos daqueles que possuem seus direitos básicos violados: comunidades indígenas e afro-americanas muitas vezes tratadas sem dignidade e igualdade de condições, mulheres discriminadas em razão de seu sexo, raça ou situação sócio-econômica, jovens sem oportunidade de progredir na vida, pobres, desempregados, migrantes, deslocados, agricultores sem terra, famintos, sobreviventes na economia informal, crianças prostituídas, doentes e anciãos abandonados... (cf. DAp 65). Esta realidade revela que a “universalidade, a inviolabilidade e a inalienabilidade” dos direitos humanos permanece como um ideal a ser perseguido com persistência; é uma realidade que permanentemente interpela a nossa fé e nos desafia à prática de um amor mais ousado e criativo.

A *Verbum Domini* alerta para a importância deste tempo histórico de afirmação dos direitos humanos: é uma “ocasião extraordinária para que a dignidade humana seja mais eficazmente reconhecida e promovida universalmente como característica impressa por Deus criador na sua criatura, assumida e redimida por Jesus Cristo através da sua encarnação, morte e ressurreição”. Para isto, lembra o que a Doutrina Social da Igreja orienta: “A difusão da Palavra de Deus *não pode deixar* (grifo nosso) de reforçar a consolidação e o respeito dos direitos humanos de cada pessoa”.



Reconciliação e paz

Há muitos e graves conflitos no mundo atual (n. 102). No Sínodo, testemunhos vivos o comprovaram. Neste contexto “é grande a necessidade de descobrir a Palavra de Deus como fonte de reconciliação e de paz”. Apesar de todas as nossas faltas, Deus nos reconciliou consigo através de Jesus Cristo e nos confiou o “ministério da reconciliação”. É o que Paulo recomenda à comunidade cristã de Corinto (2Cor 5,17-21). Ele aprofunda dizendo que “em nome de Cristo exercemos a função de embaixadores de Deus”. A função de embaixador é representar os interesses do seu governo em outro país. É defender os direitos dos seus cidadãos que moram em terra estrangeira. Portanto, ao exercer a função de embaixadores de Deus, colocamo-nos ao seu serviço nesta pátria provisória na qual peregrinamos. O serviço de Deus corresponde ao ministério da reconciliação.

Deus fez de todos os povos, uma só família. Como tornar realidade esta proposta divina num mundo tão dividido e dilacerado? É necessário, segundo Paulo, estar afinado com Jesus Cristo que nos reconciliou com Deus. “Se alguém está em Cristo é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas; eis que se fez realidade nova”.

Estar em Cristo é ter os seus mesmos sentimentos e despojar-se de toda atitude de dominação, “nada fazendo por competição e vanglória, mas com humildade julgando cada um os outros superiores a si mesmo, nem cuidando cada um só do que é seu, mas também do que é de todos” (Fl 2,1-5). No entanto, a experiência histórica nos faz constatar de que nós, seres humanos, tendemos a ser egoístas e estamos imersos em estruturas alicerçadas na injustiça e na dominação de uns sobre outros. E a ideologia dominante tenta nos convencer de que esta situação é natural. É a imperiosa “lei do mais forte” que fere, cotidianamente, a dignidade humana e de toda a criação.

O caminho para uma realidade nova de superação de todas as expressões egoístas é o da reconciliação com base na justiça. Não faltam motivos para ressentimentos, divisões, brigas e vinganças. E cada lado do conflito considera-se cheio de razões para isso. Muitas vezes estes conflitos são historicamente graves e deixam feridas profundas abrangendo desde relações familiares até internacionais



e inter-religiosas. Jesus Cristo “é a nossa paz... Ele derrubou o muro da separação e suprimiu a inimizade” (Ef 2,14). Para estabelecer a paz no mundo deu-nos o ministério da reconciliação que se caracteriza por um novo jeito de ser e de agir: ao invés de vingança, perdão mútuo; ao invés de distanciamento e inimizade, aproximação e fraternidade; ao invés de domínio de uns sobre outros, respeito à alteridade; ao invés de sentimentos e atitudes de superioridade, serviço mútuo...

Faz parte da identidade cristã a atitude de reconciliar-se com Deus através da reconciliação com os outros. Jesus nos revelou a inseparável relação entre o perdão de Deus e o perdão entre nós: “A medida com que medirdes sereis medidos também” (Lc 6,38). Confirmou esta verdade ao ensinar o Pai-Nosso: “Perdoai-nos, assim como nós perdoamos” (Mt 6,12). A Pedro que vacilava a respeito da quantidade de vezes que se deve perdoar: “Até sete vezes?” Jesus respondeu-lhe: “Não te digo até sete, mas até setenta vezes sete” (Mt 18,21-22). Assim como necessitamos do pão cotidiano para o sustento do nosso corpo, também necessitamos constantemente do perdão mútuo para a saúde das nossas relações. *Verbum Domini* faz o apelo: “Fiéis à obra de reconciliação realizada por Deus em Jesus Cristo, crucificado e ressuscitado, os católicos e todas as pessoas de boa vontade empenhem-se em dar exemplos de reconciliação para se construir uma sociedade justa e pacífica” (n. 102). E diz também: “Quando anunciamos o Evangelho, exortamo-nos reciprocamente a cumprir o bem e a empenhar-nos pela justiça, pela reconciliação e pela paz” (n. 99).

Justiça – Reconciliação – Paz

Há uma decorrência lógica nestes três valores sociais que caracterizam a “realidade nova” que Paulo se refere. A justiça vem em primeiro lugar. Quando violada deixa tristes conseqüências. Deve ser restabelecida, pois é fundamento para a paz. O restabelecimento não se dá pela adoção de alguma forma de violência e sim pela reconciliação. É o caminho que possibilita o abraço entre a justiça e a paz (SI 85,11).

A reconstrução das relações de justiça-reconciliação-paz implica para os seus agentes a coragem de assumir o caminho de “descida” à altura dos pequenos e fracos para juntos subir à terra prometida por Deus.



É o que constatamos na origem e no desenvolvimento da tradição de fé judaico-cristã: Deus YHWH desce para libertar o povo da escravidão e fazê-lo subir à terra da liberdade (Ex 3,7-10); Jesus Cristo desceu à condição de escravo e tornou-se obediente até à morte para salvar a todos (Fl 2,6-11). Deste modo subverteu a expectativa de um messias triunfalista e dedicou boa parte de seu ministério público para introduzir os seus discípulos numa nova mentalidade: “Sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam. Entre vós não será assim: ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos” (Mc 10,42-44).

O profeta Isaías Terceiro, ao descrever a utopia de uma sociedade reconciliada – um novo céu e uma nova terra –, indica como essa realidade se tornará possível: o lobo deverá pastar junto com o cordeiro e o leão deverá comer feno junto com o boi (Is 65,17-25). Portanto, a “descida” significa o fim de toda atitude de domínio e de violência, condição sem a qual se torna impossível um mundo novo de justiça, de paz e de fraternidade.

A caridade ativa

Continuando a reflexão sobre a Palavra de Deus e o compromisso no mundo, a *Verbum Domini* exorta para a prática da “caridade ativa” (n. 103). Certamente que a caridade, em seu sentido verdadeiro, é sempre ativa. O adjetivo ressalta “a necessidade de gestos concretos de amor porque só assim se torna credível o anúncio do Evangelho”. O texto que o documento sugere como indicador para a “caridade ativa” é o de 1Cor 13,1-13. Através deste hino, as comunidades cristãs primitivas anunciam o primado do amor. Na carta de Tiago encontramos a exortação: “Se alguém disser que tem fé, mas não tem obras, que lhe aproveitará isso? Acaso poderá salvá-lo?... A fé, se não tiver obras, está totalmente morta” (Tg 2,14-17).

A Bíblia se caracteriza fundamentalmente como a história do amor de Deus para com a humanidade, desde o princípio da criação, passando pela celebração da Aliança e culminando com a encarnação de Jesus Cristo que veio “para que todos tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10). Ao longo desta história de amor, Deus se revela no



meio das pessoas em situação de necessidades e identifica-se com elas. O apelo à conversão que perpassa toda a tradição bíblica, especialmente na mensagem profética como vimos acima, significa voltar-se para as pessoas excluídas. O amor a Deus e ao próximo resume toda a Escritura Sagrada (Mt 22,40). O próximo é o sacramento de Deus. Por isso, “amar ao próximo como a si mesmo vale mais do que todos os holocaustos e sacrifícios” (Mc 12,33).

A Palavra de Deus, longe de nos afastar das realidades do mundo, nos faz mergulhar nelas e nos solidarizar com os sofredores. “Há uma íntima ligação entre a escuta amorosa da Palavra de Deus e o serviço desinteressado aos irmãos”. Citando Santo Agostinho, a *Verbum Domini* conclui esta reflexão sobre a Palavra de Deus e a caridade ativa: “Quem julga ter compreendido as Escrituras, ou pelo menos uma parte qualquer delas, mas não se empenha a construir, através da sua inteligência, este duplo amor de Deus e do próximo, demonstra que ainda não as compreendeu”.

Os interlocutores prioritários

O Sínodo apontou quatro interlocutores prioritários do anúncio da Palavra de Deus: os jovens (n. 104), os migrantes (n. 105), os doentes (n. 106) e os pobres (n. 107). São os rostos que, a nível mundial, desafiam a missão evangelizadora da Igreja por estarem mais expostos às conseqüências do modelo sócio-econômico atual. Em cada contexto social, porém, pode haver outras situações que reclamam atenção prioritária. O Documento de Aparecida, por exemplo, como vimos acima, apresenta os diversos rostos dos que sofrem na América Latina e Caribe (n. 65). As atuais Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (CNBB, doc. 94), elegem cinco urgências (cap. IV), entre as quais “a Igreja a serviço da vida plena para todos”, atendendo ao clamor que emerge de diversas situações que afetam a dignidade da pessoa humana (cf. n. 106 a 120).

O anúncio da Palavra de Deus, como nos lembra a *Verbum Domini*, “torna-nos atentos à história e a tudo o que de novo germina nela” (n. 105). Neste sentido, a realidade ecológica tornou-se desafio prioritário para a evangelização. “Há uma responsabilidade que nos



competem como fiéis e anunciadores do Evangelho também a respeito da criação” (n. 108). A Bíblia, lida na ótica da ecologia, ajuda-nos a contemplar a criação com um novo olhar; ajuda-nos a resgatar a bondade de todas as coisas e, conseqüentemente, a cuidar como bons jardineiros, com profundo respeito e veneração, deste planeta terra, nossa casa comum e nossa mãe nutriente. A justiça, a reconciliação e a paz podem ser verdadeiramente restabelecidas não apenas através da relação dialógica e fraterna entre os seres humanos, mas também com todas as demais criaturas.

Endereço do autor:

Instituto Teológico de Santa Catarina
Bairro Pantanal
88040-970 – Florianópolis, SC
E-mail: loraschi@itesc.org.br